



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**CONSELHOS ESCOLARES: ENCONTROS E
DESENCONTROS NA LUTA POR UMA GESTÃO
DEMOCRÁTICA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

LUIZA MARA DE ARAÚJO BRAGA

Fortaleza – CE, Brasil

2009

**CONSELHOS ESCOLARES: ENCONTROS E
DESENCONTROS NA LUTA POR UMA GESTÃO
DEMOCRÁTICA**

por

LUIZA MARA DE ARAÚJO BRAGA

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a
obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Dr. Hugo Antonio Fontana

**Fortaleza – CE, Brasil
2009**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**CONSELHOS ESCOLARES: ENCONTROS E
DESENCONTROS NA LUTA POR UMA GESTÃO
DEMOCRÁTICA**

elaborada por
Luiza Mara de Araújo Braga

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr. Hugo Antonio Fontana- UFSM
(Presidente/Orientador)

Dr. Reinoldo Marquezan – UFSM

Dr. Leocadio José Correia Ribas Lameira- UFSM

Fortaleza, 11 de Dezembro de 2009

Este trabalho dedico a meus pais, José Maria e Zuíla, pessoas com quem aprendi a importância de valorizar e acreditar na vida e principalmente a meu esposo Marco Antonio, exemplo de homem justo, humano, verdadeiro e, acima de tudo, modelo de persistência.

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.”

Paulo Freire

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

CONSELHOS ESCOLARES: ENCONTROS E DESENCONTROS NA LUTA POR UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

AUTORA: LUIZA MARA DE ARAÚJO BRAGA
ORIENTADOR: Dr. HUGO ANTONIO FONTANA
Data e Local de Defesa: Fortaleza, 11 de Dezembro de 2009.

Esse trabalho objetiva apresentar a importância do Conselho escolar como organismo colegiado indispensável para a realização de uma Gestão Democrática Participativa por isso necessitou de agentes transformadores que possam ser protagonistas de sua própria história. Ultrapassamos séculos marcados pelo autoritarismo, onde a palavra participação não era compreendida e nem tão pouco vivenciada. Estas marcas foram repassadas como hereditárias e sua cura parecia quase impossível. Porém, mesmo tardia, a transformação chegou e é percebida por todos, no entanto a Escola, palco principal para estas transformações, não estava preparada para acolher estes protagonistas e por isso, ficou a desejar na formação deste novo homem. Devido a este novo contexto, a escola tem a necessidade de refletir sobre o seu papel para a democratização da participação no âmbito escolar, onde não só diretores e professores tenham voz, mas sim pais, alunos, funcionários e todos que estejam interessados em ver uma nova escola, ou seja, em ver uma escola com postura democrática dando VEZ e VOZ a todos. E o Conselho Escolar desponta como ferramenta introdutória para esta nova realidade, porém ainda existe resistência na aceitação da participação daqueles que, alguns julgam não fazer parte da escola. Escola esta representada apenas por paredes. Neste sentido, realizou-se uma pesquisa com abordagem qualitativa através do procedimento da pesquisa bibliográfica apresentando, assim, a interpretação de uma realidade materializada em escritos bibliográficos. E assim, tenta-se priorizar a importância da criação dos conselhos escolares como forma de participação de todos os agentes educacionais, assegurada como princípio da Gestão Escolar Democrática instituída na lei nº 9394/96, através da LDB, bem como na Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. Apresentam-se as possibilidades de mudanças, na medida em que os espaços de participação conquistados pelos conselhos escolares na gestão democrática podem oferecer alternativas de construção ainda maior de um espaço público democrático. Conforme o estudo realizado constatou-se que sendo a educação um processo coletivo, a participação da comunidade em Conselhos Escolares tem como meta a construção da autonomia da escola em termos administrativos, pedagógicos e financeiros. Uma vez conquistada à autonomia, a gestão da escola deverá centrar sua ação na proposta administrativo-pedagógica, o que se traduz na identidade da instituição.

Palavras-Chave: Educação. Gestão Democrática. Conselho Escolar.

ABSTRACT

Monograph Specialization
Course of Specialization in Educational Management
Federal University of Santa Maria

SCHOOL COUNCILS: AGREEMENTS AND DISAGREEMENTS THE FIGHT FOR A DEMOCRATIC MANAGEMENT

AUTHOR: Luiza Mara de Araújo Braga

ADVISOR: Dr. HUGO ANTONIO FONTANA

Date and Location of Defense: Fortaleza, 11 December 2009.

We are experiencing an extraordinary moment in the history of Brazilian education. The world, today's society requires changes in relation to education. There needs to be agents of change that can be protagonists of their own history. Going over centuries is marked by authoritarianism, where the word participation was not understood and neither experienced. These marks were hereditary and passed on to his heal seemed almost impossible. But even later, the transformation has arrived and is perceived by everyone, however the school, the main stage for this change was not prepared to welcome these players and therefore, was to be desired in forming a new man. Due to this new context, the school has a need to reflect on its role in the democratization of participation in the school, where not only principals and teachers have a voice, but parents, students, staff and all who are interested in seeing a new school, or to see a democratic approach to school AGAIN and giving everyone a voice. And the School Board stands out as introductory tool for this new reality, but there is still resistance to accept the participation of those who some believe may not be part of the school. School is represented only by walls. In this sense, there was a qualitative research approach through the procedure of presenting literature, thus the interpretation of reality embodied in written bibliographic. And so we try to prioritize the importance of the creation of school councils as a form of participation of all stakeholders of education, ensured the principle of the Democratic School Management established by law No. 9394/96, through the LDB and the Constitution of 1988, known as the Citizen. It presents the possibility of changes to the extent that opportunities for participation won by school boards in the democratic management can offer alternatives to building an even more democratic public space. As the study found that education is a collective process, community participation in School Councils aims the construction of school autonomy in administrative, educational and financial. Once conquered autonomy, school management should focus its action on the proposed administrative and pedagogical, which translates into the identity of the institution. Without this, the school is meaningless reproduction of the values of society based on individualism, the social discrimination and indifference to civic education.

Keywords: Education. Democratic Management. School Board.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	11
UM POUCO DA HISTÓRIA	11
1.1 Educação e Sociedade	11
1.2 Os Avanços Educacionais	16
1.3 A Educação Para o Século XXI.....	17
CAPÍTULO 2	20
MUDANÇAS NA GESTÃO ESCOLAR	20
2.1 Gestão Democrática	21
2.2 A Escola e o Gestor na Gestão Democrática.....	23
CAPÍTULO 3	27
CONSELHO ESCOLAR	27
3.1 Conselho Escolar Como Princípio Norteador da Gestão Democrática	27
3.2 Funções do Conselho Escolar	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

INTRODUÇÃO

Acompanhando o desenvolvimento do mundo, observamos que a Educação ficou a desejar nas perspectivas desde novo homem, desta nova sociedade. Por vivenciarmos tantas transformações, a escola necessita se tornar um espaço de reflexão e discussão sobre estas mudanças e sobre o seu potencial político inovador, definindo práticas geradoras de uma nova sociabilidade.

E atendendo a este clamor e reconhecendo os movimentos populares foi que a Educação passou a vivenciar, ou melhor, está vivenciando, desde a década de 80 uma prática voltada á participação, onde todos são agentes participativos e, assim sendo, agentes transformadores, onde o que se deseja é uma educação responsável e autônoma para desenvolver seus projetos e para atender as necessidades e anseios da comunidade escolar.

Com um novo tipo de administrar, a escola necessita da efetiva participação da comunidade nos mais variados segmentos, sejam elas dos setores públicos ou privados. Esta participação tem sido objetos de inúmeras discussões, bem como assunto central de diversos profissionais atuantes nesta área de conhecimento. Esta é a palavra do momento, é a ação desejada e esperada por muitos por toda nossa sociedade.

A opção por este tema surgiu devido ao fato de que nos últimos anos a administração escolar vem passando por mudanças significativas e por não se aceitar mais uma administração sem abertura para a participação dos agentes da sociedade. Ressalto que esta participação, esta abertura só seria possível com um modelo de administrar dando vez e voz a todos e para que isso aconteça é necessária uma gestão dita democrática, participativa que atenda as exigências dessa nova realidade dentre as quais estão à autonomia pedagógica, administrativa e financeira, onde ocorra à descentralização do poder, ocorrendo assim, um novo olhar sobre a forma de administrar.

Somos conhecedores que existem grandes desafios para se exercer uma gestão democrática e é com o intuito de se aprofundar neste assunto, que o presente trabalho tem o objetivo de mostrar através das leituras realizadas e das pesquisas bibliográficas o trajeto da Gestão Democrática e acima de tudo, mostrar a

importância dos organismos colegiados, em especificidade o Conselho Escolar, como princípio norteador para a concretização desta gestão.

O presente estudo está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo discorre, um pouco sobre a história da Educação e da Sociedade Brasileira; no segundo capítulo damos ênfase a Gestão Democrática; e no terceiro capítulo mostraremos a importância do Conselho Escolar para a viabilização de uma gestão democrática. Por fim, concluiremos apresentando nossas considerações finais mostrando a importância do presente estudo.

CAPÍTULO 1

UM POUCO DA HISTÓRIA

1.1 Educação e Sociedade

A nossa sociedade viveu, e vive, um momento onde as injustiças e as desigualdades são imensas, logo percebemos que ainda não nos tornamos nação, que ainda não somos pátria. A burguesia para se manter, demagogicamente vem propondo apenas mudanças adaptativas ao sistema, enquanto o proletariado, a outra força da sociedade, continua brigando por mudanças na estrutura econômica.

A tradicional Educação do Brasil por muito tempo se omitiu politicamente. É impossível a neutralidade, ou se faz do ato pedagógico uma força contra a classe dominante ou contra a classe dominada. Os agentes encarregados da pedagogia atualmente, em sua grande maioria, riscam de certa forma as falsas questões de moralidade, mas ainda seguem a trilha da suposta neutralidade, pressionados pela chantagem da perda do emprego. Esta questão tem maior significação devido a muitos educadores de hoje serem na realidade invasores desse campo, na luta por uma ocupação profissional. Esse é o motivo, na maioria das vezes acrescida pela ignorância política, de não participação do professor no plano político. O Educador deve lutar para destruir a pedagogia elitista e proporcionar a conquista da escola única e, com isso, adquirirá mudanças revolucionárias na sociedade através da exposição de consciência política.

Saviani (1996) trata o problema da marginalização em relação ao fenômeno da escolarização, no livro *Escola e Democracia*. Neste contexto, as teorias educacionais concentram-se em dois grupos distintos.

Em um primeiro grupo, temos as teorias que entendem ser a educação um instrumento que possibilita a superação da marginalidade- “teorias não-críticas”.

Num segundo grupo, encontramos as teorias que entendem ser a educação um fator de marginalização- “teorias crítico-reprodutivas”.

Ambas tomam a questão a partir da relação educação e sociedade. Enquanto o primeiro grupo coloca o problema da marginalidade como um fato acidental, independente da sociedade que pretende-se harmoniosa, o segundo admite a

existência de classes antagônicas como fator que determina essa mesma marginalidade.

“... a educação é entendida como inteiramente dependente da estrutura social geradora de marginalidade, cumprindo aí a função de reforçar a dominação e legitimar a marginalização”. (SAVIANI, 1996, p.16)

Dentre as teorias não-críticas destacam-se: a pedagogia tradicional, a pedagogia nova e a pedagogia tecnicista.

Segunda a Pedagogia Tradicional, a ignorância era a causa da marginalidade. A escola surge aqui, como instrumento para equacionar esse problema. Seu papel é difundir os conhecimentos acumulados sistematicamente pela humanidade contribuindo para converter súditos em cidadãos. Como transmissora de todo o acervo cultural, organiza-se em torno do professor, suposto detentor de todo conhecimento. As críticas à escola deveu-se à não universalização, e/ou ao fato de que nem todos os bem-sucedidos se ajustavam socialmente.

Efetivamente somos conhecedores de que a educação ainda não é um direito de todos e o Estado vem negligenciando com este princípio constitucional. A marginalidade é um grave problema sócio-econômico. O professor não pode ser considerado um simples transmissor de conhecimentos e o aluno um mero assimilador deste conhecimento. O educador é um transformador porque a profissão requer mudanças. É um elemento impulsionador de progresso, um porta-voz de denúncia contra o arbítrio, contra as injustiças, contra os problemas sociais e contra as ditaduras. Deve ter uma postura política definida, sem interferir na função, pelo contrário, que seja um sustentáculo para o desenvolvimento correto da profissão e ter consciência da importância do educando no processo educativo e na transformação da sociedade.

Novamente crendo no poder da escola e em sua função de equalização social, surge um movimento reconstrutor na educação, mostrando uma nova maneira de interpretá-la e implantá-la, através das experiências restritas, em seguida generalizando nos sistemas escolares. Surge então a Escola Nova.

Nessa nova teoria, o marginalizado já não é o ignorante, mas o rejeitado. A integração social depende da aceitação do indivíduo no grupo e na sociedade. Os seres humanos são essencialmente diferentes e não se repetem. Cada indivíduo é único.

“A educação, enquanto fator de equalização social será, pois um instrumento de correção da marginalidade na medida em que cumprir a função de ajustar, de adaptar os indivíduos à sociedade, inculcando neles o sentimento de aceitação dos demais e pelos demais” (SAVIANI, 1996, p.20).

Desta forma, a escola deveria agrupar os alunos segundo áreas de interesses e o professor seria apenas um orientador da aprendizagem, o que acabou não dando certo.

Contrariando a todos, a Escola Nova, no lugar de resolver o problema da marginalidade, acabou por agravá-la. Sem condições de se firmar nem de responder à necessidade da universalização do ensino, ainda deu força à idéia de que é melhor uma boa escola para poucos do que uma escola deficiente para muitos, reforçando a marginalidade. A questão central desta teoria pedagógica é aprender a aprender.

Temos consciência que a escola deve oferecer um ambiente envolvente, não para sorver os alunos, mas para proporcionar-lhes conhecimento de seu valor, fazer cada um perceber o que significa ser alguém, tanto no campo profissional quanto no campo do convívio humano. Provar que além dos altos e baixos, o mundo também propicia realizações e que as aspirações diante dos empecilhos podem se definir.

A Pedagogia Tecnicista, parte do pressuposto da neutralidade científica. Ela é inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade e pretende a objetivação do trabalho pedagógica.

“Buscou-se planejar a educação de modo a adotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência” (SAVIANI, 1996, p.24)

Aqui, o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária no processo de ensino e da aprendizagem.

Para o tecnicismo a marginalidade não será identificada com a ignorância, nem com o sentimento de rejeição. Marginalizado será o incompetente, o ineficiente, o improdutivo. No entanto, é dever da educação formar indivíduos eficientes, capazes de contribuir para o aumento da produtividade. Desta forma, a

equalização social é identificada como equilíbrio do sistema, enquanto a marginalidade se apresenta como uma ameaça à estabilidade do sistema.

“A educação será concebida como um subsistema, cujo funcionamento eficiente é essencial ao equilíbrio do sistema social de que faz parte”.
(SAVIANI, 1996, p.25).

A questão principal da Pedagogia Tecnicista é aprender a fazer.

Agora nos deteremos nas teorias crítico-reprodutivas. Podemos destacar: a Teoria do Sistema de Ensino enquanto Violência Simbólica, a Teoria da Escola enquanto Aparelho Ideológico do Estado e a Teoria da Escola Dualista.

Estas teorias acreditavam que a educação deveria ser compreendida a partir de seus condicionamentos sociais, uma vez que, para elas, a escola desempenha o papel de reproduzir a sociedade de classes e reforçar o modo de produção capitalista. Nessas teorias existe uma completa percepção da dependência da educação em relação à sociedade.

A idéia central da “teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica” é reforçar as relações de força material, por dissimulação.

Segundo esta teoria, marginalizados são os grupos ou classes dominadas. Marginalizados socialmente porque não possuem força material e culturalmente porque não possuem força simbólica e a educação, vem reforçando essa marginalidade. Toda tentativa de utilizar a educação como instrumento de superação de marginalidade não é apenas uma ilusão, mas é a forma através da qual ela dissimula, e por isso cumpre, com eficácia, sua função de marginalização.

Quanto a Teoria da Escola enquanto Aparelho Ideológico do Estado, a escola constitui o instrumento de reprodução das relações de produção do tipo capitalista. A partir da educação, as pessoas tomam para si posições diferentes na sociedade, no caso explorador ou explorado. Nesta teoria marginalizada é, pois a classe trabalhadora e a escola constituem um mecanismo criado pela burguesia para eternizar e garantir seus interesses.

Porém, na Teoria da Escola Dualista, nos mostra que a escola quanto aparência, está dividida em duas grandes redes, as quais correspondem à divisão da sociedade capitalista em duas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. Neste caso, a escola tem o papel de impedir o desenvolvimento da ideologia do proletariado e a luta revolucionária.

“...a escola, longe de ser instrumento de equalização social, é duplamente um fator de marginalização, pois converte os trabalhadores em marginais, não apenas por referência à cultura burguesa, mas também em relação ao próprio movimento proletário...” (SAVIANI, 1996, p.39).

Nesse sentido, os autores não encaram a escola como palco e alvo de luta de classes, mas sim como um instrumento da burguesia na luta contra o proletariado.

“Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino de melhor qualidade possível nas condições históricas atuais” (SAVIANI, 1996, p.42).

Saviani, neste sentido, ainda faz uma análise das funções políticas que o ensino exerce dentro das escolas (neste caso escolas de 1º grau). Nesta análise além de repensar a educação brasileira, ele nos mostra a identidade existente entre política e educação e para tal reflexão baseou-se em três teses.

Na primeira tese, o autor faz uma análise filósofo-histórico, evidenciando o caráter revolucionário da pedagogia da existência, mostrando com clareza posições antagônicas entre elas, a pedagogia tradicional que tem seu alicerce numa concepção filosófica essencialista e a pedagogia nova, que tem por base uma concepção filosófica da existência. Mas a pedagogia da essência faz a defesa da igualdade dos homens. Essa igualdade defendida pela burguesia, no passado, como forma de consolidar a ordem democrática, serviu tornar, como classe dominante, à própria burguesia.

Podemos constatar que ao longo da história, a burguesia sempre lutou para ter o poder nas mãos, até tomou para si a causa do ensino para todos e também a igualdade de oportunidade para todos. Em primeiro lugar, buscou a consolidação democrática, para em seguida defender as diferenças individuais, legalizando assim as desigualdades, ou seja, uns são mais capazes que outros.

Nas últimas décadas surge um novo tipo de estado, o Neoliberalismo. Uma característica central deste modelo é a redução do setor estatal, principalmente mediante a privatização das empresas paraestatais, a liberalização de salários e preços, além da reorientação da produção industrial e agrícola para exportação.

O neoliberalismo cria contradições e mostra sua face cruel. Diante dessa nova economia global, a massa popular continua miserável, os pequenos e médios empresários seguem lutando contra a falência, os trabalhadores perdem seus

empregos. Com isso, concluímos que no capitalismo a classe dominante tem o poder econômico, político e o ideológico.

Desde o final do século XX, o Governo Federal anuncia que procura, em termos políticos, a implantação da democracia e, termos econômicos, a deflagração do processo desenvolvimentista, e desde que se admita a autenticidade desses anúncios governamentais, que correspondem às aspirações gerais do país, a reformulação do ensino, teria como objetivo básico preparar o homem para o exercício da democracia e para a prática do desenvolvimento da participação nos mais diversos espaços, como no espaço escolar.

1.2 Os Avanços Educacionais

Observamos que nos últimos 30 anos, o país teve como prioridade o acesso à educação para todos, com a dita universalização do Ensino Fundamental. Nos anos 90, o número de matrícula foi massificada através de políticas mais incisivas e direcionadas a esta universalização, tendo como parceiros diretos os governos Federal, Estadual e Municipal. Essas parcerias fizeram com que nosso país conseguisse atender, com cinco anos de antecedência, a meta estabelecida no Plano Decenal de Educação para Todos, onde estava previsto em elevar para 94%, no mínimo, o atendimento as crianças em idade escolar até 2003.

Segundo Castro (1994), estamos em um momento da história onde o número de analfabetos e desenformados é assustador. Para ele é necessário inovar e dar condições para que às escolas possuam uma qualidade de ensino, partindo do pressuposto onde os professores devem ser qualificados e o ensino dê conhecimentos necessários sobre direitos e oportunidades.

Ainda para Castro (1994), não podemos desistir de excluir a ignorância do nosso povo, esta deve ser uma luta constante, pois a educação sempre está em destaque, em discussão.

O Estado deve começar proporcionando o desenvolvimento do profissional da educação, onde este possa se atualizar sobre as novas leituras existentes, como exemplo podemos citar as TIC's. O mundo, a sociedade, nossos alunos estão em pleno desenvolvimento digital e nós profissionais não podemos nos perder diante da

gama de informações que entram em nossas salas de aula. Não podemos mais dar aula nos limitando a usar apenas o quadro branco, pois as necessidades e as esperanças da sociedade contemporânea são outros e exigem diferentes formas de ensino.

Castro (1994, p.21), ironiza o desenvolvimento do Brasil quando diz que “o único prodígio do Brasil é haver chegado tão longe com uma educação tão ruim”. Diante do escrito foi constatado que entre os anos 60 e 70 os países que obtiveram o maior crescimento sócio-econômico, foram os países que menos investiram na educação.

O Brasil ainda tem o grande desafio tirar de nossos dados os índices de analfabetismo e para isso ele conta com a ajuda de empresas, instituições, igrejas, empresários, artistas e pessoas voluntárias, que possuem o mesmo objetivo, ou seja, dar condições favoráveis às crianças, jovens e adultos adentrarem em uma escola ou em um espaço digno, para adquirirem uma educação com qualidade, e assim sendo, evitar a exclusão social através da aquisição do conhecimento, dando igualdade de oportunidades para todos.

Saímos de uma era ditatorial e em meados da década de 80 tivemos que reaprender a expor nossas opiniões, ou melhor, defender nossas opiniões. A educação por sua vez tenta implementar políticas que possam contribuir com o pleno desenvolvimento humano, fazendo com que nosso povo reaprenda a viver democrática, com o intuito de construir o caminho de cada ser histórico perspectiva de uma qualidade de vida futura.

1.3 A Educação Para o Século XXI

Com a idéia de uma transformação na educação, Freire (1997) nos mostra a que no final do século XX, o Brasil necessita de uma educação transformadora e que só se tornaria realidade quando houvesse discussões nos diversos setores da sociedade reconhecendo a escola como lugar para reflexão, reelaboração e produção de conhecimentos, dentro, é claro, de uma realidade percebida pelo professores sobre os seus educandos. Assim, caberia a este professor a responsabilidade de articular a prática de ensino caracterizada por variedade de atividades estimuladoras da criatividade dos alunos.

O século XXI é considerado por muitos o século do conhecimento. Estamos na primeira década desse século e é público e notório os avanços com relação a ciências, a tecnologia e a economia. No entanto, também vivemos em um século vivemos com o bombardeio da globalização que provoca mudanças constantes no nosso modo de pensar, na nossa cultura, na nossa vida social e na profissional. Este nos expõe as desigualdades sociais e sendo assim construindo uma sociedade com de uma sociedade com excludentes e excluídos.

Nesse processo de desenvolvimento desenfreado, James (1998) propõe como desafios exigidos não só em conhecimentos e habilidades no trabalho, mas também relacionadas ao caráter e à personalidade.

Diante desse novo século a educação surge como mediadora para possibilitar pleno desenvolvimento das pessoas e da sociedade, ou seja, conviver neste dito mundo globalizado.

Em relatório encaminhado à UNESCO, a Comissão Internacional de Estudos sobre a Educação para este século sublinha que, para dar resposta conjunto de suas missões, a Educação deve estar organizada em torno de quatro aprendizagens fundamentais, consideradas os quatro pilares da educação (DELORS, 2001):

- **Aprender a conhecer** aquisição da cultura geral ampla e domínio aprofundado de um reduzido número de assuntos, mostrando a necessidade de educação contínua e permanente;

- **Aprender a fazer** oferece oportunidades de desenvolvimento de competências amplas para enfrentar o mundo do trabalho;

- **Aprender a conviver** aqui se vivencia a cooperação com os outros em todas as atividades humanas;

- **Aprender a ser** esta integra as outras três, criando condições que favoreçam ao indivíduo adquirir autonomia e discernimento.

Conforme Perrenoud (2002) para que a educação seja possa se embasar nestes quatro pilares do conhecimento, os professores devem associar suas práticas às finalidades do sistema educacional. Não podemos formar um cidadão se não acreditamos em um ser humano completo preparado não só para o vestibular, não só para o trabalho, mas para viver e conviver com outros.

Segundo Ferreira e Aguiar (2004, p.43):

Inúmeros fenômenos sociais novos passam a disputar a cena, tais como o surgimento de novos postos de trabalho, perda de outros, novos grupos organizados e arrefecimento de outros, novas tendências políticas e grande diversificação institucional. Tais fatos passam a influenciar as instituições escolares até porque as exigências do mundo do trabalho, da vida sociopolítica e cultural se tornam mais e mais articuladas com os conhecimentos e as capacidades aprendidos nas escolas.

No alvorecer do século XXI, a sociedade brasileira é marcada pela emergência de novas estruturas organizacionais de forma mais democrática e mais participativa. A educação passa a ocupar a agenda central dessa discussão, ela passa a ser considerada o ponto das transformações da sociedade do conhecimento. Assim, entra em cena a escola e o debate sobre sua função como co-responsável pelas mudanças culturais e tecnológicas e a sua responsabilidade como mecanismo que pode proporcionar o crescimento do progresso econômico de uma sociedade.

A escola passa a ser vista como espaço de construção da cidadania, da participação coletiva e da consolidação das sociedades democráticas. Hora (1994) defende que a escola é:

(...) um *lócus* em que as formas contraditórias, próprias do capitalismo, se defrontam. Na medida em que a educação é dialética e assume formas de regulação ou libertação, a escola é arena onde os grupos sociais lutam por legitimidade e poder.

CAPÍTULO 2

MUDANÇAS NA GESTÃO ESCOLAR

Após muitos anos sem a participação da comunidade das decisões escolares, justamente por ter sempre sido apenas Administração, sempre com ênfase empresarial, a Educação passa por uma modificação e abre as portas para a participação ativa de todos que desejam uma escola do povo e para o povo.

A administração pública de um sistema educacional com gestão democrática da escola exige, contudo, um funcionamento baseado em alguns princípios que, segundo Gadotti (2002, p.61-69) são:

1º - Gestão Democrática - Um sistema único e descentralizado supõe objetivo e metas educacionais claramente estabelecidos entre escolas e governo, visando à democratização do acesso e da gestão e à construção de uma nova qualidade de ensino sem que tenha que passar por incontáveis instâncias de poder intermediário.

2º - Comunicação direta com as escolas - Se a escola é o *locus* central da educação, ela deve tornar-se o pólo irradiador da cultura não apenas para reproduzi-la ou executar planos elaborados fora dela, mas para construir e elaborar a cultura, seja a cultura geral, seja a cultura popular, pois existe uma só cultura como obra humana (unidade humana na pluralidade dos homens). O seu corolário é comunicação entre as escolas e a população. A escola precisa ser o local privilegiado da inovação e experimentação político-pedagógica, deslocados para a administração dos sistemas durante o regime militar.

3º - Autonomia da escola - Cada escola deveria poder escolher e construir seu próprio projeto político-pedagógico. Escola não significa um prédio, um único espaço ou local. Escola significa projeto em torno do qual poderiam associar-se várias unidades escolares, superando o temido problema da atomização do sistema de educação. Escola e governo elaborariam em parceria as políticas educacionais.

4º - Avaliação permanente do desempenho escolar - A avaliação para que tenha um sentido emancipatório precisa ser incluída como parte essencial do projeto da escola. Não pode ser um ato formal e executado por técnicos externos à escola

apenas. Devem envolver a comunidade interna, a comunidade externa e o poder público.

2.1 Gestão Democrática

De acordo com a reestrutura do capitalismo e da globalização, estamos sofrendo modificações significativas em nosso dia-a-dia. E os resultados dessas modificações são as mudanças no modo de pensar de cada ser humano e na forma de buscar resolver os problemas enfrentados no decorrer da história do Brasil.

De acordo com Ferreira, Reis e Pereira (1999, p. 6), a palavra gestão tem origem latina, *genere*, que significa conduzir, *dirigir ou governar*. Gestão democrática é um exercício de cidadania, fundamental para o avanço da sociedade que planeja ser mais justa e igualitária. Para a sociedade, e para trabalhadores em educação, a democracia da e na escola é o único caminho para reconstrução da escola pública de qualidade.

A gestão democrática é um dos temas mais discutidos entre os profissionais da educação, representando importante desafio na operacionalização das políticas de educação e no cotidiano da escola.

A base legal para este tipo de gestão remonta à Constituição de 1988 que define a gestão democrática do ensino público, na forma da lei como um de seus princípios (Art. 206, Inciso VI). No mesmo sentido também se expressa a Lei de Diretrizes e Base da Educação, que detalha o *caput* do artigo da Constituição, que utiliza os termos na forma desta Lei, acrescentando as palavras “e da legalização dos sistemas de ensino” (Art. 3, Inciso VIII).

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Conforme os artigos citados, a LDB remete a regulamentação da gestão democrática do ensino público na educação básica aos sistemas de ensino, oferecendo ampla autonomia às unidades federadas para definirem em sintonia com suas especificidades forma de dinamizar tal processo, o qual deve considerar o envolvimento dos profissionais de educação e as comunidades escolar e local. Em ambos os casos, a participação refere-se à esfera da escola: a elaboração de seu Projeto Político Pedagógico e a atuação em conselhos escolares equivalentes. Na perspectiva da LDB, a gestão democrática está voltada para alguns aspectos da vida escolar.

Com este novo modelo de gestão democrática requer a efetiva participação da comunidade nas ações desenvolvidas pela unidade escolar. Temos que envolvê-la nos processos de decisão, de planejamento e de avaliação fortalecendo não só a gestão participativa e democrática, mas podendo contribuir para a melhoria da educação. A gestão democrática pressupõe o compartilhamento de poder, descentralização do poder e a tomada de decisões, levando a comunidade escolar a exercer seus direitos e deveres para o bom andamento do processo educacional.

Para Hora (2002, p.35) a gestão democrática é compreendida:

Pelas mudanças nos processos administrativos no âmbito do sistema escolar, vislumbradas através da participação de professores e pais nas decisões tomadas, eleição para cargos diretivos, assembleias e eliminação das vias burocráticas [...] com destaque ainda para a "democratização dos processos no interior da escola e como esta pode se organizar para aprofundar a questão, incluindo sua relação com o seu contexto imediato, procurando preservar a função de totalidade aqui implicada.

Segundo Gadotti e Romão (2004, p.36):

A gestão democrática deve estar impregnada por uma certa atmosfera que se respira na escola, na circulação das informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, na distribuição das aulas, no processo de elaboração ou de criação de novos cursos ou de novas disciplinas, na formação de grupos de trabalho, na capacitação dos recursos humanos, etc. A gestão democrática é, portanto, atitude e método.

Para ambos os autores, observamos em seus conceitos a necessidade da consciência em compreender o que a participação ativa em uma gestão democrática. Esta participação é um ato a ser implantado como um novo costume

de nossa população, pois mudança requer participação, ação. Por isso a participação da comunidade nas decisões da escola desafios, entre eles a escola deve estar aberta ao diálogo e que os diversos segmentos escolares devem se tornar responsáveis pela elaboração, execução e avaliação das ações desenvolvidas no âmbito escolar.

Segundo Demo (1991):

(...) participação é conquista. Não doação, dádiva, presente. Nem imposição. Nunca é suficiente. Também não preexiste, pois o que encontramos primeiro na sociedade é a dominação. Se assim é, participação só pode ser conquista, criando seu projeto próprio de autopromoção (p.27).

De fato, o direito de participar ativamente é uma conquista permanente. Seu significado não é limitado, se expressa como um processo infundável, um constante vir-a-ser, sempre inacabado, em efetiva construção. A participação é, em essência, autopromoção, exercício de autonomia e não deve ser entendida como dádiva, uma vez que requer sujeitos ativos, dispostos a dialogar, a jogar tendo como pano de fundo as regras da ação democrática.

2.2 A Escola e o Gestor na Gestão Democrática

Não é fácil construir a escola como espaço democrático numa sociedade de traços autoritários ainda tão marcantes.

A partir da prerrogativa de Gestão Democrática veiculada pela Constituição Federal, a questão volta-se para a institucionalização de espaços de participação na gestão das instituições escolares. Apenas em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, estes espaços são instituídos.

Com estes espaços de participação da comunidade escolar nas definições das ações da escola, há a redefinição de muitas práticas que vinham sendo desenvolvidas. Quando se abre para a participação da comunidade escolar, seja através das eleições para diretores ou de conselhos escolares, a primeira questão

que se coloca é a da descentralização do poder. No momento em que todos participam, estamos constituindo um processo democrático, onde não há espaço para relações hierárquicas, como existia na forma da antiga administração escolar.

Para Lück et al. (2002, p. 15) “o conceito de gestão participativa envolve, além dos professores e outros funcionários, os pais, os alunos e qualquer representante da comunidade que esteja interessado na escola e na melhoria do processo pedagógico.” Ou seja, trata-se do envolvimento de pessoas interessadas nas questões da escola. Esse envolvimento deve ir além dos eventuais encontros dos pais. Eles devem ampliar esta visão, e assim criar uma visão positiva a respeito da educação que a escola pode fornecer. As escolas devem envolver, de forma significativa, as famílias na educação de seus filhos.

No entanto, segundo Libâneo (2004, p.326) “não basta à tomada de decisões, mas é preciso que elas sejam postas em prática para prover as melhores condições de viabilização do processo de ensino/aprendizagem”.

Com este novo modelo de administração, gestão democrática, passa-se a ter a necessidade de um redimensionamento na função do diretor, do administrador, responsável pelo andamento da escola passa a se constituir em mediador na execução da proposta político-pedagógica, construída coletivamente. Enquanto a busca pela unidade do processo educativo na concepção da administração escolar se dava através do controle do trabalho pelo supervisor, na gestão escolar a unidade é alcançada através da participação de todos na construção consciente da proposta que norteará as atividades educativas no ambiente escolar. Podemos dizer que hoje não é mais concebível um processo de gestão que não considere a participação e a valorização dos interesses da comunidade escolar, bem como seus anseios quanto à educação. Os elementos técnicos estão subsumidos frente a estes, que são o sentido do funcionamento da escola. A estrutura hierárquica não tem mais lugar, uma vez que, constituídos espaços de participação, a relação de comando é substituída pela noção de diálogo.

E com vista nesta abertura de gestão, a função do diretor, gestor modificou. Sob esta perspectiva Luck (2006, p.45) relata que:

O diretor eficaz é um líder que trabalha para desenvolver uma equipe composta por pessoas que juntamente são responsáveis por garantir o sucesso da escola. A ênfase principal da liderança está no papel de ensino, pois o líder deve ajudar a desenvolver as habilidades nos outros, para que compartilhem a gestão na unidade.

De acordo do que fora exposto, observamos que para ser um gestor é necessário combinar duas características: competência técnica e liderança pedagógica.

Não é sem razão que a LDB, ao tratar dos profissionais da educação, define, no seu artigo 67, parágrafo único, que “a experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções do magistério, nos termos das normas década sistema de ensino”. E o Conselho Nacional de Educação, ao normatizar esse dispositivo da LDB, coloca, na Resolução CEB/CNE 03/97, Artigo 3º, §1º:

a experiência docente mínima, pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer funções de magistério, que não a de docência, será de 2(dois) anos e adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino público ou privado.

Essa exigência está relacionada com a compreensão de que o domínio de conteúdos escolares, a prática de sala de aula, o conhecimento das relações educativas que ocorrem no interior da escola são condições indispensáveis para o exercício daquelas funções que oferecem suporte pedagógico direto às atividades de docência, como é o caso da função do diretor.

O importante é que o diretor seja um professor, um educador. E, para gerir a escola, ele deve assumir essa posição com clareza e com domínio dos requisitos que vão lhe possibilitar atuar a partir de critérios pedagógicos.

Dentre as atribuições e funções mais comuns do gestor Dourado (2001, p.91-92) destaca:

- Ser um mediador entre o sistema de ensino e a unidade escolar e entre esta e a comunidade local;
- Manter-se atualizado com as políticas e diretrizes educacionais em nível nacional, estadual e municipal, socializando-se na escola;
- Zelar pela organização administrativa e educacional, definida no projeto pedagógico da escola;
- Manter organizados e atualizados os registros da escola, de maneira sistemática;

- Preparar e propor orçamentos, incluindo previsão de custos e despesas;
- Trabalhar a proposta do sistema de ensino cooperativamente com as comunidades escolar e local;
- Exercer a liderança, encorajando, persuadindo e motivando tanto os profissionais de educação quanto os demais membros das comunidades escolar e local;
- Negociar, em situações de conflito, visando ao sucesso escolar dos alunos;
- Conviver bem com a pluralidade cultural, ajudando a dissipar preconceitos;
- Avaliar seu próprio conhecimento, suas capacidades e habilidades, bem como os daqueles que está sob sua liderança;
- Acompanhar e avaliar o desempenho de sua escola e informar ao sistema de ensino o quadro de vagas, transferências e aprovação;
- Zelar pela segurança dos alunos, professores, funcionários e o patrimônio material e imaterial da escola;
- Desenvolver e manter um clima organizacional democrático e participativo na escola.

Este novo gestor deve ter clareza de suas funções, compreendendo que por excelência ele é um líder que coordena os processos pedagógicos e educativos na otimização dos projetos.

CAPÍTULO 3

CONSELHO ESCOLAR

3.1 Conselho Escolar Como Princípio Norteador da Gestão Democrática

A natureza e a singularidade da escola estabelecem o fundamento da gestão democrática. A gestão de uma organização requer coerência e fidelidade à natureza de sua missão, de sua razão de ser, de sua intencionalidade permanente. A gestão da práxis da cidadania na escola, onde a construção é única e incomparável. À concretização deste modelo de gestão, vai precisar da ajuda de todos que pretendem ver e viver uma Educação de Qualidade.

Em 1988, é aprovada a Constituição Federal, também denominada de constituição Cidadã, resultado de vários anos de discussões na Câmara e no Senado Federal. No que tange à política educacional, a Constituição Federal tem como princípio fundamental “a gestão democrática de ensino, na forma da lei”, expressa no artigo 206. Este texto constitucional tem como objetivo promover uma maior participação da sociedade na instituição escolar, alinhado com o processo de democratização do País, dando oportunidade de atuação política e social aos diversos segmentos que constituem a escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96 (Art. 3º, VII), define como princípio “a gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”.

Então, para legitimar a Gestão Democrática, é necessário criar os mecanismos de controle social e entre eles encontramos o Conselho Escolar como um organismo atuante na escola.

Para Freire (apud Gasparello, 2000, p. 75) a criação do Conselho Escolar se justifica por que:

Para nós, a participação não pode ser reduzida a uma pura colaboração que setores populacionais devessem e pudessem dar à administração pública. Participação ou colaboração, por exemplo, através dos chamados mutirões por meio dos quais se reparam escolas, creches, ou se limpam ruas ou praças. A participação, para nós, sem negar este tipo de

colaboração, vai mais além. Implica, por parte das classes populares, um “estar presente na história e não simplesmente estar nela representadas”. Implica a participação política das classes populares através de suas representações no nível das opções, das decisões e não só do fazer o já programado. Por isso é que uma compreensão autoritária da participação a reduz, obviamente, a uma presença concedida das classes populares a certos momentos da administração. Para nós, também, é que os conselhos de escola têm uma real importância enquanto verdadeira instância de poder na criação de uma escola diferente. Participação popular para nós não é um slogan, mas a expressão e, ao mesmo tempo, o caminho da realização democrática.

O Conselho Escolar tem um papel decisivo na gestão democrática, pois ele é o principal mecanismo de fortalecimento do processo participativo. É este mecanismo que efetiva-se a representação de gestores, professores, funcionários, alunos, pais e outros membros da sociedade civil. Ciseski e Romão (2004, p.66) colaboram com este pensamento:

O Conselho de Escola — um colegiado formado por pais, alunos, professores, diretor, pessoal administrativo e operacional para gerir coletivamente a escola — pode ser um espaço de construção do projeto de escola voltado aos interesses da comunidade que dela se serve. Através dele, a população poderá controlar a qualidade de um serviço prestado pelo Estado, definindo e acompanhando a educação que lhe é oferecida.

O Conselho Escolar, como instância máxima de deliberação, tem a atribuição de discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do PPP¹ da escola. De natureza pedagógica e política, se apresenta como um canal de participação que facilita a prática educativa voltada para a melhoria da qualidade da educação, do ensino e do desempenho da escola.

A organização dos conselhos escolares está descrito em um conjunto de ações que tiveram mais ênfase na década de 90, dentro das políticas e reformas educacionais instituídas no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

De acordo com o Decreto nº 12.508 de 13 de fevereiro de 1995, o Conselho deverá ser formado por 11 (onze) membros e seus respectivos suplentes, assim descritos: 04 representantes titulares dos docentes, 03 representantes titulares de

¹ PPP- Projeto Político Pedagógico, documento que apresenta a unidade, fazendo um paralelo com as metas atingidas com as metas alcançadas, além do mais projeta os anos vindouros da escola.

pais de alunos, 02 representantes titulares da comunidade, 01 representante titular do corpo discente, e o diretor da escola que é membro nato do Conselho.

A escola deve mobilizar toda comunidade escolar para escolher seus representantes. Esta escolha pode ser realizada através de eleição, sem esta escolha não podemos falar em um processo lícito e verdadeiro de Gestão Democrática Participativa. Melo (2000) assinala só a prática das eleições não garante força suficiente para assegurar a democratização da gestão no âmbito escolar, sem as eleições não podemos assegurar um processo realmente democrático de gestão.

3.2 Funções do Conselho Escolar

Para uma melhor atuação dos conselheiros, Paro (2005, p.82) propõe:

[...] Uma solução que se poderia imaginar para essa questão é a de dotar o conselho de escola de funções diretivas, semelhantes às que tem hoje o diretor. Dessa forma, o responsável último pela escola deixaria de ser o diretor, passando a ser o próprio conselho, em co-responsabilidade com o diretor, que dele também faz parte. A vantagem desse tipo de solução é que o conselho, na condição de entidade coletiva, fica menos vulnerável, podendo tomar medidas mais ousadas, sem que uma pessoa, sozinha, corra o risco de ser punida pelos escalões superiores. Supõe-se que, assim, o dirigente da escola (o conselho) detenha maior legitimidade e maior força política, posto que representa todos os setores da escola.

Conforme o que fora dito, sabemos o quanto é difícil a verdadeira atuação dos conselheiros, visto que nós não estamos acostumados a exigir, lutar pelos nossos direitos. Somos conhecedores que a gestão democrática só foi possível devido a muitos anos de lutas, principalmente, nas décadas de 70 e 80², porém hoje ter um conselho escolar é deixar-se ser avaliado e isso incomoda.

O conselho tem sua atuação³ definida de duas formas, a primeira é a nível macropolítico, isto ocorre quando ela estuda a realidade da comunidade e da escola, identificando seus problemas e potencialidades; persiste no alcance das metas de

² Segundo Teixeira apud Faria, (2005), no Brasil, a origem dos conselhos está vinculada à luta e organização dos movimentos sociais, desenvolvidos principalmente na década de 1970.

³ Esta atuação é utilizada pelos conselhos Escolares do Ceará.

acesso, permanência e sucesso do aluno; estuda e divulga os resultados educacionais; aprova alterações do seu Regimento Escolar; aprecia e delibera sobre questões disciplinares que digam respeito ao coletivo escolar; delibera sobre qualquer matéria de interesse da escola prevista no seu Regimento Escolar; incentiva a criação de Grêmios Estudantis, Associação de Pais e Comunitários e outras formas de organização voltadas para a melhoria da gestão educacional; aprecia e propõe alternativas relacionadas com a elaboração e execução do PDE⁴ e do Regimento Escolar; avalia e acompanha sistematicamente o trabalho da escola e coordena o processo de eleição de diretores.

A atuação do Conselho Escolar no nível micropolítico acontece quando o mesmo fixa normas para o seu próprio funcionamento; acompanha o Núcleo Gestor no desempenho de suas funções e atribuições; analisa, aprova, desaprova o seu Plano de Trabalho; emite parecer sobre o desligamento de qualquer de seus membros; supervisiona a manutenção e a conservação das instalações físicas e de todo o equipamento da escola; orienta a aplicação dos recursos de acordo com as normas estabelecidas; analisa, aprova, desaprova a prestação de contas e colabora com o Núcleo Gestor na organização e no funcionamento da gestão escolar.

No âmbito nacional as funções de um Conselho Escolar estão definidas pelas seguintes dimensões:

- Deliberativa: tomada de decisões quanto ao direcionamento das Ações Pedagógicas, de Gestão e Administrativo-Financeiro.
- Consultivo: emissão de pareceres para esclarecer dúvidas sobre situações das Ações Pedagógicas, de Gestão, Administrativo-Financeiras, bem como sobre a proposição de alternativas de solução e procedimentos para melhoria da qualidade do trabalho escolar, sempre respeitando a legislação em vigor.
- Normativa: refere-se ao estabelecimento de normas para direcionar as ações Pedagógicas, de Gestão, Administrativo-Financeiras.
- Fiscalizadora: fazer o acompanhamento sistemático e ao controle das Ações Pedagógicas, de Gestão, Administrativo-Financeiras.

⁴ PDE- Plano de Desenvolvimento da Escola

- Avaliativa: avaliar o desempenho dos profissionais da educação, bem com as Ações Pedagógicas, de Gestão, Administrativo-Financeiras.
- Executiva: executam os planos, programas, projetos e Regimento Interno elaborados coletivamente pela comunidade escolar, como PDE e PPP. Regimento Escolar. O Conselho Escolar executa as ações, juntamente com o Núcleo gestor.

Segundo Gadotti (2004, p. 51) “para que ele possa realmente construir a autonomia da escola, deve deliberar sobre o currículo, o calendário escolar, a formação das classes, períodos e horários, atividades culturais, enfim, sobre o governo da escola como um todo”. Esta é a função que menos é realizada nas escolas, ou seja, o Conselho Escolar participar diretamente nas decisões pedagógicas, nos planejamentos pedagógicos. Para este ponto destacamos o relato de uma professora do conselho escolar de uma escola da periferia de Fortaleza:

“Infelizmente, nossos professores ainda não estão abertos para a atuação do conselho quando se trata de avaliar a sua atuação em sala de aula, metodologia, postura, domínio de classe. Muitas vezes, eu e outro conselheiro colocamos alunos nas salas de aulas e fechamos o portão da sala. Acreditávamos que estávamos ajudando aos professores e ao Núcleo Gestor, porém passei a ser mal quista por meus próprios colegas, que por várias vezes perguntavam se havia mudado a diretora da escola. Mesmo com certa dificuldade, não deixei de exercer meu papel, pois acredito que independente de ser conselheira, sou uma cidadã que se preocupa com a qualidade do ensino da escola pública e nunca nos esquecemos do lado administrativo. Não aceitamos ser apenas um conselho de fachada, só consultiva. Na medida em que possível sempre estamos presentes nos três turnos da escola, nem que seja somente um”. (Professora, presidente do conselho da EEFMMHC)

Com este depoimento vemos que ainda existe resistência por certa parte do corpo docente, acreditamos que não adianta uma proposta a nível federal, estadual ou municipal. A necessidade da participação, de dar direitos aos outros, de viver a democracia deve ser intrínseca e não fazer só porque é proposta de governo.

Por isso, Gadotti (2004, p.51) ainda alerta que: “de nada adiantam todas as condições se a população for chamada apenas para legitimar decisões tomadas em gabinete”.

O Conselho Escolar é uma forma de dar soluções, ou melhor, mostrar caminhos para a resolução de problemas existentes na escola. Estes problemas podem ser da parte pedagógica, administrativa ou financeira. O desenvolvimento da escola, como já ficou bem claro está pautado na participação de todos que desejam uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Em entrevista realizada por Jeannette Filimeno, contida em seu livro, o Professor Napolini⁵⁵, avalia a atuação dos conselhos escolares no Estado do Ceará:

Nós temos Conselhos e Conselhos! Uns conselhos que atuam muito bem e uns conselhos que simplesmente são do Amém! Do Amém porque simplesmente assina o que o diretor quer; não é um conselho, é um órgão do Amém! Ele tem que ser um órgão próprio, não é um órgão também contra a direção. É um órgão de cooperação com a direção! (2005, p.132)

Por fim, há os que os defendem como a única possibilidade de democratização da gestão escolar, desde que tenham competências deliberativas e normativas, porém temos outros que impregnados com as administrações ditatoriais, vivenciadas e/ou absorvidas por leituras, ainda defendem este tipo empresarial de administrar escolas. Com certeza é mais cômodo, porém é antidemocrático e o mundo de hoje não admite a falta de participação. O povo deseja ter VEZ e VOZ.

⁵⁵ Antenor Napolini, Secretário de Educação do Ceará nos governos de Tasso Jereissati. De 1995 até 2002.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da educação, a Gestão Democrática na escola se tornou um sonho a ser perseguido e que vem fazendo a diferença no comportamento em todos os segmentos responsáveis pelo processo educativo. Muitas vezes observamos que o processo é lento nas decisões, nesse sentido começamos a construir o novo modelo de gestão, onde a participação e a autonomia são fatores primordiais.

É importante acompanhar o desenvolvimento desta nova forma de administrar a escola. Muitas vezes nem é identificada logo de imediato. Esta gestão não pode, nem deve ser vista como mais um modismo, pois surgiu como resultado do anseio e da conquista das lutas do povo por uma democracia real, impulsionada através da reforma educacional da década de 90.

Para realizarmos este trabalho, utilizamos uma literatura onde mostra a defesa de uma gestão democrática e que nesse processo é ressaltado o papel de um dos organismos colegiados, o Conselho Escolar, como sendo um dos principais mecanismos para se efetivar a participação da comunidade, bem como a sua atuação legitimava os processos de controle social. Ressaltamos que ainda prevalece, na sua composição, um número significativo de servidores da educação, sendo assim muito tímida a participação de pais e alunos. Este fato pode servir para legitimar o poder dos gestores, podendo fortalecer o corporativismo na categoria. Por isso esta gestão tem a necessidade de um novo perfil de gestor, de uma nova postura, pois ele é o facilitador da participação em todos os segmentos. Ele é o facilitador para as quebras de hierarquia tão bem vivenciadas no âmbito escolar.

Nós professores, nós escola devemos aprender a avaliar e a ser avaliados. Esta avaliação não deve ser destrutiva, mas sim construtiva, sempre com o propósito de crescimento e melhoria que são apresentados nos índices educacionais.

Para vários estudiosos a gestão democrática se conquista pelo acesso de toda população a uma escola pública de qualidade e que o poder se efetiva democraticamente, na medida em que possa ser exercida de forma consciente e coletiva. Precisamos expor nossa necessidade de transformação, com a criação de

ambientes aberto aos diálogos, fortalecendo o respeito às diferenças, convivendo com a pluralidade de idéias e concepções.

Através desse estudo, concluímos, ainda, que para a sustentação deste tipo de gestão são fundamentais os princípios voltados para a transparência, descentralização, autonomia, redução dos níveis hierárquicos, participação e acima de tudo efetivando a democracia.

Não é utopia, pois estamos caminhando, lutando e criando um novo fazer administrativo, através da Gestão Democrática Participativa em nossas escolas e para que se instale esta vivência se faz necessário planejar estratégias que assegurem momentos de estudos, seminários, encontros, assembléias com a participação de todos. Não podemos esquecer que a educação é um bem da humanidade. Pensando assim. Agindo assim, estaremos contribuindo para a construção de uma escola pública, democrática e de qualidade produzindo melhorias na vida de todos os grupos, historicamente, dominados.

Para concluir, ressaltamos que não temos o intuito de realizar um trabalho, estudo conclusivo sobre este tema, mas mostrar, mais um pouco, a importância e a necessidade de otimizar o Conselho Escolar, pois é ela uma forma de participação ativa, uma ferramenta importante para a consolidação da gestão democrática. Não podemos esquecer de dar a devida importância as modificações que ocorreram não só na educação, mas na sociedade, onde enfatizamos a leitura do teórico Saviani, que tão bem mostra a relação entre educação e sociedade. Com mais um trabalho sobre este assunto enfatizamos que dificuldades existem, porém devem ser superadas para a concretização da autonomia escolar. Esta participação dá o direito de todos serem construtores de uma nova escola, e assim sendo, construtores de sua própria história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, R. C. de. Introdução: Gestão da Escola. In: ANDRADE, Rosamaria Calaes de (org.); ACÚRCIO, Marina Rodrigues B. (coord.). **A gestão da escola**. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/Rede Pitágoras, 2004 (Coleção Escola em ação; 4).

ANTUNES, A. Aceita um conselho? **Como organizar os colegiados escolares**. São Paulo, Ed. Cortez, 2002.

ANTUNES, Â; ROMÃO, J. E. Conselhos de Escolas: coletivos instituintes da escola cidadã. In: GADOTTI, M; ROMÃO, J. E. (Orgs.). Autonomia da escola: **princípios e propostas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001

BELLO, J.L.D.P. **História da educação no Brasil** 2003. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb01.htm>. Acesso em> 25/10/09.

BERTELLI, L. G. A educação é o alicerce do futuro brasileiro. **Folha de São Paulo**,15/04/97. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb01.htm>. Acesso em> 25/10/09.

BOMENY, H. **Os intelectuais da educação**. Numero de, Descobrimdo o brasil. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

__. Quando os números confirmam impressões: Desafios na educação brasileira. In **Revista Interseções**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2002.

__. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa de Nacional de fortalecimento dos Conselhos Escolares**. 2004. Cadernos.

CASTRO, C. M. O futuro de um país mal educado. Educação Brasileira: **consertos e remendos**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994,

CISESKI, Â. A.; ROMÃO, J. E. Conselhos de escola: coletivos instituintes da escola cidadã. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (orgs.). Autonomia da escola: **princípios e propostas**. 6 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004. – Guia da escola cidadã.

CURY, C. R. J. Os Conselhos de Educação e a Gestão dos Sistemas. In: FERREIRA, N. S. C. & AGUIAR, M. Â. S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 4a ed. São Paulo: Cortez, 2004.

DELORS, J. (Org.). Educação: um tesouro a descobrir: **relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. 4. ed. São Paulo : Cortez, 2001.

DOURADO, L. F. A escolha dos dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

___. **Gestão democrática da escola: movimentos, tensões e desafios**. In: SILVA, A. M. M.; AGUIAR, M. Â. S. (orgs.). **Retrato da escola no Brasil**. Brasília: CNTE – Confederação Nacional de Trabalhos em Educação, 2004.

FREIRE P. **Pedagogia da autonomia**. 11ª ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra; 1997.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.

___. **Escola Cidadã**. Editora Cortez. 2004

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. Escola cidadã: a hora da sociedade. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 6 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004. – Guia da escola cidadã.

GASPARELLO, V. M. **A Pedagogia da Democracia de Paulo Freire. GT 5 – Estado e Política**. 2000. Disponível em:
www.anped.org.br/25/vaniamedeirosgasparellot05.rtf, acesso em 28/10/2009.

GENTILI, P. A. A. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: SILVA. T. T.; GENTILI, P. A. A (Orgs). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HORA, D. L. **Gestão Democrática na Escola: Artes e ofícios de participação coletiva**. 10.ed. Campinas: Papyrus, 2002.

RAMOS, Jeannette Filimeno Pouchain. **Gestão Democrática da Escola Pública: A experiência do governo das mudança (1995-2001)**. Fortaleza: UECE, 2004,

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola – teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜCK, H. et al. **A escola participativa e trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: DP&A,2002.

LÜCK, H. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Série: Caderno de gestão.

MELO, M. T. L. **Gestão educacional: os desafios do cotidiano escolar**. In: FERREIRA, N. S. C. e AGUIAR, M. A. da S. (orgs.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. S. Paulo: Cortez, 2000.

NÓVOA, A. **Le temps des professeurs: Analyse socio-historique de la profession enseignante au portugal (xviii-xxe siècle)**. Numero de. Lisboa: **Instituto Nacional de Investigação Científica**; Distribuição Imprensa Nacional--Casa da Moeda, 1987.

PAIVA, V.P. **Paulo freire e o nacionalismo-desenvolvimentista**. Numero de. São Paulo: Graal, 2000.

PARO, V. H. **Administração Escolar**: introdução crítica. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

__. **Gestão democrática na escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2005.

PERRENOUD, P, THURLER. G. As competências para ensinar no século XXI: **a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre (RS): Artmed; 2002.

SALES, I. C. Os desafios da gestão democrática da sociedade: **em diálogo com Gramsci**. 2 ed. Sobral CE: Editora da UFPE, 2006.

SANTOS, C. R. **O gestor educacional de uma escola em mudanças**. São Paulo: Pioneira, 2002.

SAVIANI, Dermeval, **Escola e Democracia**. Ed. Autores Associados, 30.ed. Campinas, São Paulo: 1996.

TEDESCO, J. C. O novo pacto educativo: **educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna**. São Paulo: Ática, 1998.

VEIGA, C. G. Cidadania e educação na trama da cidade: **a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX**. Bragança: Ed. USF, 2003.